



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Conselheiro Robson Marinho

Segunda Câmara

Sessão: **5/9/2023**

85 TC-003873.989.20-6 - CÂMARA MUNICIPAL – CONTAS ANUAIS – JULGAMENTO

**Câmara Municipal:** Jaguariúna.

**Exercício:** 2020.

**Presidente:** Walter Luís Tozzi de Camargo.

**Advogado(s):** Sabrina Santos da Silva (OAB/SP nº 412.561).

**Procurador(es) de Contas:** Celso Augusto Matuck Feres Junior.

**Fiscalizada por:** UR-3.

**Fiscalização atual:** UR-3.

|   |        |
|---|--------|
| <i>Despesa total (artigo 29-A, caput, da CF)</i>                | 1,50%  |
| <i>Gastos com Folha de Pagamento (artigo 29-A, § 1º, da CF)</i> | 60,26% |
| <i>Gastos com Pessoal (artigo 20, III, "a", da LRF)</i>         | 1,13%  |
| <i>População</i>  | 56.221 |
| <i>Número de vereadores</i>                                     | 13     |

**EMENTA: CONTAS DE CÂMARA MUNICIPAL. PAGAMENTO DE LICENÇA SAÚDE A SERVIDOR AFASTADO. IMPROPRIEDADE INICIADA EM EXERCÍCIO ANTERIOR. CESSAÇÃO NO EXERCÍCIO. POSSÍVEL RELEVAR APONTAMENTO. RECOMENDAÇÕES JULGAMENTO PELA REGULARIDADE.**

## Relatório

Em exame, as contas apresentadas pela **Câmara Municipal de Jaguariúna**, referentes ao exercício de **2020**, fiscalizadas pela equipe técnica da Unidade Regional de Campinas (UR/03).

Observada a instrução processual aplicável à espécie, a fiscalização, na conclusão de seus trabalhos, anotou as principais ocorrências, em síntese:

### **B.3.1.1 - COMPARATIVO DAS DESPESAS LEGISLATIVAS DO EXERCÍCIO - MAPA DAS CÂMARAS:**

- Necessidade de melhoria na eficiência administrativa quanto à despesa *per capita* do Legislativo, em consonância com o disposto no caput do artigo 37 da Constituição Federal;



## **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

### **B.5.1 - QUADRO DE PESSOAL:**

- Existência de denúncia procedente quanto a irregularidades em relação ao pagamento integral de servidor afastado por auxílio-doença, em afronta ao princípio da contributividade da previdência social.

### **B.5.1.2 - ADOÇÃO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL PELA CÂMARA MUNICIPAL:**

- Manutenção da vinculação dos servidores efetivos junto ao Regime Geral de Previdência Social, em desacordo com o disposto no artigo 39, *caput*, da Constituição Federal e artigo 445 c.c. com os artigos 468 e 469, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 209, de 09 de maio de 2012.

### **D.1 - CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS RELACIONADAS À TRANSPARÊNCIA:**

- Existência de documentos desatualizados e outros indisponíveis em sua página da internet, não dando atendimento ao inciso VI do § 3º do artigo 8º da Lei Federal nº 12.527/11.

### **D.2 - FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP:**

- Inexatidão de alguns dados informados ao Sistema Audesp.

### **E.2 - DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES:**

- Existência de processo de sindicância em andamento para apuração de pagamento de multa pela entrega em atraso do DCTF.

### **E.3 - ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

- Descumprimento de recomendações desta Corte de Contas.

### **E.4 - JULGAMENTO DAS CONTAS DO PODER EXECUTIVO:**

- Não julgamento das contas do Executivo do exercício de 2010, em desacordo com o disposto no artigo 282 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jaguariúna.

Notificado, o responsável retirou cópia do relatório de fiscalização e juntou aos autos alegações de defesa procurando afastar as ocorrências e pugnando pela aprovação das Contas. Ressaltou que cumpriu todos os preceitos legais, inclusive, os limites percentuais constitucionais.

O **d. MPC** manifestou-se pela irregularidade dos demonstrativos, pelo seguinte motivo:



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

– pagamento de remuneração a servidor afastado para tratamento de saúde, embora seja contribuinte do INSS, descumprindo orientações do Tribunal de Contas e o disposto no § 3º do artigo 60 da Lei Federal nº 8.213/91.

Para as demais ocorrências, pugnou pela expedição de recomendações.

Instada a se manifestar, a **SDG** também concluiu pela **irregularidade**, em razão do pagamento de remuneração a servidor afastado para tratamento de saúde.

Contas anteriores:

2019 – TC-005525/989/19 – regulares com recomendações;

2018 – TC-005184/989/18 – regulares com recomendações; e

2017 – TC-006139/989/16 – regulares com recomendações.

É o relatório.

rfl.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

### Voto

TC-003873.989.20-6

Em que pese manifestações divergentes dos órgãos técnicos desta Corte, considero que as contas da Câmara Municipal de Jaguariúna reúnem condições suficientes para sua aprovação, em especial em virtude do cumprimento dos principais índices legais e constitucionais.

Quanto ao principal aspecto de divergência, relacionado ao pagamento de remuneração a servidor afastado para tratamento de saúde, embora fosse contribuinte do INSS, apesar de restar caracterizada a impropriedade, reconheço algumas particularidades que permitem afastá-la, sem prejuízo de severa recomendação.

Conforme consta dos autos, a Portaria que concedeu tal benefício data de 2019, mais precisamente de 27 de novembro. Naquele mesmo exercício, após 15 (quinze) dias, ou seja, a partir do 16º dia, a concessão do benefício previdenciário deveria ficar por conta do Regime Geral de Previdência Social. Porém, tal negligência se estendeu para o exercício de 2020.

Observe que o fato não constou dos apontamentos do relatório das Contas de 2019 (TC-5525/989/19). E, analisando o das Contas de 2021, a matéria sequer é mencionada, levando a crer que a situação não mais persiste. Desse modo, excepcionalmente, e em prestígio aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, entendo que não existem fundamentos suficientes para que a impropriedade contamine a análise de todo o balanço em exame, tendo em vista que não impactou nas contas de 2019 e não mais persistiu no ano seguinte.

Ademais, no quadro geral, observe que o **gasto total do Legislativo** manteve-se dentro das metas estabelecidas pelo artigo 29-A, inciso



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

I, da Constituição Federal, pois correspondeu a **1,50%** da receita efetivamente arrecadada pelo Município no exercício anterior.

Foi respeitado o limite imposto pelo § 1º do já citado artigo, eis que o dispêndio com a **folha de pagamento (60,26%)** foi inferior a 70% da receita realizada.

A Câmara também atendeu ao limite estabelecido no artigo 20, inciso III, alínea “a”, da Lei Complementar nº 101/00, pois destinou **1,13%** da receita corrente líquida do Município às **despesas com pessoal e reflexos**.

A remuneração dos agentes políticos atendeu à lei de fixação e às determinações estabelecidas no inciso XI do artigo 37 e no artigo 29, VI, “a”, e VII, ambos da Constituição Federal.

As demais falhas, devidamente justificadas, não causaram qualquer prejuízo ao erário, razão pela qual podem ser relevadas, sem prejuízo das recomendações pertinentes ao final deste voto.

Por tudo o que foi exposto, voto pela **regularidade** das contas anuais, referentes ao exercício de **2020**, da **Câmara Municipal de Jaguariúna**, com base no artigo 33, inciso II, combinado com o artigo 35, ambos da Lei Complementar nº 709/93.

À margem da decisão, determino que se expeça ofício ao Legislativo com as seguintes recomendações:

- promova efetivo planejamento das políticas públicas;
- aprimore a eficiência administrativa quanto à despesa per capita do Legislativo, em consonância com o disposto no caput do artigo 37 da Constituição Federal;
- regularize a situação dos servidores da Edilidade junto ao Fundo Especial de Previdência Social de Jaguariúna, em respeito ao regime jurídico único estabelecido no artigo 39, caput, da Constituição Federal;



## **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

- adote medidas tempestivas quanto à adequação do site do órgão, visando dar fiel cumprimento ao disposto na Lei da Transparência (Lei Complementar 131/2009) e na Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011);
- observe a fidedignidade dos dados enviados ao sistema Audesp;
- atenda ao prazo estabelecido no Regimento Interno da Câmara Municipal para o julgamento das contas do Poder Executivo;
- atenda às Recomendações e Instruções desta Corte.

É de bom alvitre alertar o responsável de que a reincidência de falhas da espécie poderá ensejar a rejeição de futuros demonstrativos.

Excetuam-se desta decisão os atos porventura pendentes de apreciação por este Tribunal.

E, por fim, arquivem-se definitivamente os eventuais expedientes eletrônicos referenciados.

Eis o meu voto.